

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 190 p. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins.

ESPAÇO E POLÍTICA

Henri Lefebvre¹

Por
Vera Mizrahi
Graduanda em Geografia PUC-Rio
Bolsista PETGEO PUC-Rio

BREVE SÍNTESE DA OBRA

O livro se estrutura em oito capítulos, com um prefácio à tradução brasileira. O prefácio retoma a problemática do espaço, a ousadia de Lefebvre diante das contradições do espaço e a centralidade para a reprodução capitalista da riqueza. Sendo imprescindível o conhecimento da vida cotidiana. Este contexto possibilita ao leitor uma idéia geral sobre a abordagem do livro.

Na **introdução**, o autor aponta a necessidade de recorrer a outras obras para melhor compreensão da “ciência do espaço”. Desenvolve assim, o cotidiano e o urbano como relacionados e interagentes ao mesmo tempo produtos e produção, ocupam o espaço social gerado por eles e através deles. Revela a ação do arquiteto e a arquitetura como formas de ocultar a demanda social, e o direito à cidade como reconstituição de uma unidade espaço-temporal, não eliminando os confrontos e as lutas.

O capítulo, **O Espaço**, uma discussão à nível teórico se fundamenta numa leitura metafilosofia e num método progressivo-regressivo para

¹ Sociólogo francês, Henri Lefebvre faleceu a 29 de Junho de 1991. Abrangeu várias áreas de estudo e tem sido destacado como intérprete do pensamento de Marx, estudioso da vivência das cidades e da sociologia rural.

Suas obras abrangem diversas áreas de conhecimento e pesquisa, sendo publicado em diferentes países e línguas, as de maiores destaque são: *Sociologie de Marx*, 1966; *Le Droit à la Ville*, 1968; *La Révolution Urbaine*, 1970; *La Fin de l'Histoire*, 1971; e *La Production de l'Espace*, 1981.

construção do conceito de espaço. Neste sentido, desenvolve o espaço vivido como essencial de conhecimento da realidade urbana. Apresenta quatro teses ou hipóteses e as respectivas objeções para a reflexão da produção do espaço. O autor disserta como o espaço social é uma modalidade da produção numa sociedade determinada, na qual contradições se manifestam. Portanto, as contradições do espaço mesmo sendo mascaradas, advêm do conteúdo prático e social, ou seja, do conteúdo capitalista.

Reflexões sobre a Política do Espaço, o autor defende que o espaço é político, não é um “*objeto científico*” descartado pela ideologia, ele sempre foi político e estratégico. Esse espaço que parece homogêneo é um produto social, não podendo ser reduzido a produção de um objeto particular ou de uma mercadoria, mas a existência de relações entre a produção dos objetos e a produção do espaço.

Desse modo, a planificação do espaço apresenta três dimensões. A primeira, a planificação material, que depende economia política e de instrumentos de análise. A segunda, financeira, que depende dos balanços financeiros e a terceira, espaço-temporal. Dimensão que supõe o estabelecimento de localizações, comunicações, fluxos. O autor nos aponta que o método para abordar os problemas do espaço não pode constituir num método formal, analisar as contradições do espaço na sociedade e na prática social deve ser um *método dialético*.

O capítulo, **A Cidade e o Urbano**, neste momento o autor elucida a cidade e o urbano. A generalização da cidade, o valor de troca, a mercadoria, a vitalidade da cidade como obra se transforma em generalização do produto. Dessa forma, a sociedade se torna urbana. As relações de produção se ampliam gerando novos conflitos, o estilhamento da cidade, e a dissolução das relações sociais intimamente ligadas às relações de propriedade, constituem a cidade. Assim, se formando o urbano, caracterizando a centralidade, o “espaço como lugar de encontro”, etc. O urbano existindo através das contradições entre as segregações e a centralidade, constitui o *campo cego* de todos os aspectos da prática social.

No capítulo **Engels e a Utopia**, aborda a utopia concreta fundamentada no movimento de uma realidade que ela descobre, dialeticamente. Engels não

apenas se opõem o utopismo socialista ao utopismo burguês, mas a utopia *revolucionária e concreta* à utopia reacionária e abstrata.

O capítulo, **As instituições da sociedade “pós-tecnológica”**, o autor narra alguns encontros de intelectuais no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque. E na seqüência apresenta um texto completo de uma comunicação: “O Espaço, a Produção do Espaço, a Economia Política do Espaço”.

O texto se estrutura de cinco pontos. Sendo o primeiro, de caráter introdutório, no qual desenvolve uma dupla hipótese para os fracassos práticos e teóricos de definir-se o “real”. A hipótese do “real” social, da produção das coisas *no espaço*, passar à produção direta *do espaço*; e a fragmentação dos saberes não ser mais fundamental para essa produção. Na segunda parte, Crise da Economia Política, aponta como os economistas confundiram a economia política enquanto ciência, e a política econômica enquanto prática, técnica e atos de poder.

Na parte seguinte, A Promoção do Imobiliário e a Mobilização do Espaço, o investimento no imobiliário e nas construções privadas e públicas, ou seja, na produção do espaço, se revela proveitoso. De modo, que o imobiliário tende a produção e especulação, entrando na desigualdade geral dos setores econômicos, e dos crescimentos. A mobilização do espaço torna-se constante levando à autodestruição de espaços produzidos, neste sentido, os investimentos de capital refletem uma lógica cheia de interesses momentâneos e em curto prazo da classe dominante.

Na parte quatro, Em Direção à Economia Política do Espaço, o autor se baseia na crítica de Marx à economia política, evidenciando que o processo em curso é mais poderoso e irreversível. Atualmente, os bens que antes eram raros tornam-se abundantes, e os que eram abundantes se tornam raros. A economia é política, desse modo, a gestão do dito crescimento sob o controle da burguesia, mascara os lados negativos fazendo-os como positivos. As contradições *do* espaço envolvem as contradições e conflitos *no* espaço revelando a trama política.

Portanto, o autor analisa a economia política do espaço como de fato, uma economia que implica uma política, na qual depende do conhecimento científico fora do alcance crítico e dialético do saber, cobrindo a ciência de ideologias e não mais reconhecida como tal.

Por fim, na quinta parte, A Produção do Espaço, como representação tem entraves relativos às relações de produção, e primordialmente, da propriedade privada do solo, aprofundando a contradição entre o possível e o real. Neste sentido, “A produção do espaço não pode produzir senão o *espaço diferencial*. Posto que sua redução, aquela que afeta suas possibilidades, conduz ao espaço homogêneo...”.

No capítulo, **A Burguesia e o Espaço**, o autor aponta que o que é preciso interrogar é o nível atual das forças produtivas e de suas possibilidades. Dessa maneira, o crescimento quantitativo da economia e das forças produtivas no provocou um desenvolvimento social, mas uma deterioração da vida social.

As relações sociais no capitalismo, ou seja, as relações de exploração e de dominação se mantêm pelo e no espaço. A burguesia e o capitalismo têm uma forma de propriedade inerente às relações de produção: a propriedade do solo. Neste sentido, a posse e a gestão coletiva do espaço apontam uma condição: a superação da propriedade privada do solo.

A Classe Operária e o Espaço, o autor distingue a classe em si e para si baseada em Marx. A primeira como modo de produção capitalista, e a segunda como quantitativos e qualitativos, o qualitativo tende a dominar a consciência. Assim, “A consciência de classe implica então uma inteligência da história e um projeto de transformação do mundo”. A classe operária nega a burguesia e o capitalismo, se nega enquanto suporte pela mais-valia do modo de produção capitalista, e só pode ser revolucionária se destrói a sociedade de classe.

O espaço, todavia, torna-se *instrumental*, ou seja, lugar e meio onde se desenvolve estratégias e táticas, deixando de ser neutro há muito tempo. Desse modo, a contradição do espaço se delimita entre o efêmero e o estável, portanto, uma planificação espacial que se refere a uma economia política do espaço.

PRINCIPAL TESE DESENVOLVIDA NA OBRA

Os artigos reunidos no livro evidenciam o espaço como deflagrador, a reprodução do espaço como um acúmulo desigual dos tempos, e o resgate da

ação política como unificação dos resíduos (marcas e formas) que remetem o projeto não concretizado – o revolucionário. O método progressivo-regressivo como uma possibilidade de descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Dessa forma, reflexões sobre a política do Espaço evidenciando o espaço como político, ideológico e estratégico.

REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A OBRA

As reflexões sobre a política do espaço propõem uma crítica da vida cotidiana, esta corresponde à vida privada que é única e ao mesmo tempo é semelhante à de todos os indivíduos. Lefebvre sugere a revelação das lacunas dessa realidade cotidiana a partir dos valores que a realidade apresenta como possíveis.

A complexidade da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível, mas esta descrição deve estar comprometida com o processo, o residual como virtualidade do que existe em potência e as possibilidades como idéias que também não se materializaram. O espaço como deflagrador é simultaneamente, o espaço vivido – o lugar das contradições e também da resistência – as representações do espaço; e o espaço abstrato, o concreto, como espaço de representações.

A enorme contribuição de Lefebvre para a problemática do espaço alcança inúmeras áreas de conhecimento, revelando a necessidade de perceber as contradições do espaço como um processo político, ideológico, social e intencional. De forma, que se atentem as reais intenções da reprodução do espaço e das relações de produção.

É neste sentido, que o autor em suas diversas obras visa mergulhar na complexidade da vida social rompendo com a linearidade e buscando as interações do espaço e da política do espaço.